

XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Juventudes, Velhices e Construções Identitárias

“A agricultura é a última profissão que ficou no mundo”: Percepções e narrativas de jovens e velhos colonos do Perímetro Curu-Paraipaba (CE) sobre agricultura familiar e sucessão hereditária

Autores e instituição: Virzângela Paula Sandy Mendes (doutoranda em Sociologia, Universidade Federal do Ceará – UFC) e Antonio George Lopes Paulino (Professor Adjunto IV, UFC, Área de Antropologia, Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFC, orientador da pesquisa que fundamenta este artigo).

“A agricultura é a última profissão que ficou no mundo”: Percepções e narrativas de jovens e velhos colonos do Perímetro Curu-Paraipaba (CE) sobre agricultura familiar e sucessão hereditária

APRESENTAÇÃO

Este artigo traz reflexões sobre os processos de sucessão, envelhecimento e descontinuidades do modelo tradicional de agricultura familiar a partir das narrativas de jovens e velhos colonos residentes no Perímetro Curu-Paraipaba – projeto implantado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas –, na década de 1970. Parte, portanto, da seguinte inquietação: Quais as percepções dos jovens e velhos colonos do Perímetro Curu-Paraipaba sobre a agricultura familiar e o trabalho na agricultura?

A formulação deste objeto de estudo¹ se deu a partir de observações vivenciadas em um longo período de inserção da pesquisadora/doutoranda em campo, inicialmente como técnica em organização de produtores vinculada ao DNOCS, no início dos anos 2000. Neste período, foi possível observar o envelhecimento dos colonos assentados pela autarquia, a “venda” ou abandono das unidades agrícolas, motivadas por um possível desinteresse pela continuidade da exploração do lote por parte de seus descendentes.

Seria o fim da agricultura familiar no contexto do Perímetro estudado? Responder esta questão não é simples. Deve-se considerar, primeiramente, que uma das principais características do modelo de produção baseado na agricultura familiar é o envolvimento de todos os seus membros na realização dos trabalhos, sendo que o fruto deste trabalho coletivo deve responder, sobretudo, à reprodução da família.

Outro aspecto importante nesta discussão é entender o Perímetro enquanto espaço rural² implantado pelo DNOCS na década de 1970, no auge da ditadura militar. Para contextualizar este período, focam-se aqui narrativas de colonos e filhos de colonos sobre a chegada ao Perímetro, a adaptação e o estranhamento, ou seja, o cotidiano

¹ As reflexões aqui apresentadas são parte da tese de doutorado em Sociologia (ainda em fase de elaboração) em curso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

² Esta noção de espaço rural foi amplamente discutida por estudiosos como Wanderley (2000, p. 29), que o classifica enquanto [...] “singular espaço de vida, socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto, tanto ao nível da vida cotidiana, quando dos ritmos dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como, nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa”.

vivenciado pelos mesmos no tempo da cana³. Nesse contexto propõe-se a seguinte questão: como a agricultura ou o trabalho na agricultura se apresenta nessas narrativas?

Através das narrativas dos velhos foi possível apreender que, no início do Projeto, os colonos passaram por um processo de socialização fomentado pelo poder autoritário do DNOCS. No âmbito da família, as sociabilidades eram marcadas pelo intenso trabalho agrícola, com o envolvimento de todos os membros (inclusive as mulheres, jovens e crianças), aproximando-os de um modelo camponês tradicional (MENDRAS, 1978; WOLF, 1976; SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 2004). O “trabalho na agricultura” tratava-se de um modelo educativo essencial na formação e transmissão de saberes dos pais para os seus filhos, ou seja, o trabalho está relacionado a um aspecto moral.

De outro lado, esse modelo de socialização por meio do trabalho agrícola vem apresentando sinais de descontinuidade. Ou seja, este modo de “ser agricultor” vem se modificando. Uma das razões se dá pelo tamanho restrito da área do lote, que é de cerca de 3,72 hectares por família, o que obriga os filhos a buscarem outras formas de sobrevivência. Essas áreas, destinadas a uma só família, foram modificadas, também, a partir da “divisão do patrimônio” entre os membros herdeiros. Como estas mudanças afetaram as percepções dos jovens sobre a agricultura?

Vale acrescentar que as considerações aqui apresentadas constituem-se como resultados parciais da tese de doutorado intitulada “OS JOVENS DO PERÍMETRO CURU-PARAIPABA: entre continuidades e descontinuidades, suas trajetórias são construídas”, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Trata-se de um estudo de inspiração etnográfica, que vem sendo conduzido em campo por meio de observações diretas e entrevistas com velhos colonos e jovens com idade entre 15 e 29 anos.

A AGRICULTURA NO TEMPO DA CANA: ESTÓRIAS E BIOGRAFIAS DE VELHOS COLONOS E FILHOS DE COLONOS

Quando ocorreu o primeiro contato da pesquisadora com o Perímetro, em 2001, costumava-se ouvir muitas histórias dos moradores sobre o tempo em que eles se tornaram colonos⁴. Dona Maria Baião disse que chegou ao Perímetro em 1976. “Era 16

³ Período iniciado na década de 1970, quando eles produziam cana-de-açúcar e vendiam para a Agrovale, que era uma agroindústria produtora de álcool e açúcar, atuando na Região do Vale do Curu. Para maiores informações, consultar Martins (2008).

⁴ Denominação imposta pelo DNOCS aos agricultores assentados no Perímetro. Para ser colono, assinava-se um contrato experimental com validade de dois anos. Neste período, o colono passaria por uma avaliação. Caso fosse aprovado, assinar-se-ia um contrato de promessa de compra e venda.

casas e ficou apenas três casas desocupadas. Pensava que aqui era uma escravidão, mas mesmo assim viemos enfrentar essa batalha. Esses treze eram todos daqui perto, das redondezas. Depois foi que vieram as pessoas de Itapipoca e dos outros lugares” (MENDES, 2010).

O senhor Luís explica que o DNOCS ia ao sindicato dos trabalhadores rurais: “Eu nessa época era apenas secretário. Eles prometiam que nós teríamos dias melhores. [Eles diziam:] *Não é o céu, mas terão direito a trabalhar para vocês, em terras de vocês, vão ganhar financiamento, vai ter uma cooperativa e o lote é irrigado.*” Ele lembrou que na época da chegada dos colonos já havia o Setor “D-1⁵”. “Os quarenta que vieram conosco ficaram espalhados no Setor E”, outros no “C-1” e “B”. Vim por conta das promessas, pois trabalhávamos de aluguel. Isso foi o que mais incentivou. Passamos por uma seleção que era de exames de saúde e entrevista. Depois foram buscar as famílias de caminhão”.

Esta narrativa é relevante para se entender o contexto da implantação desse Projeto. Assim, quando se trata sobre a chegada ao Perímetro, a instalação dos primeiros colonos, a adaptação e o estranhamento, as vivências do passado e do presente (ou o tempo⁶ da cana e o tempo do coco), interessam as impressões, os relatos, os fragmentos de memórias dos colonos sobre o seu cotidiano nesse tempo. Interessam suas lembranças: “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (BOSI, 1987, p. 15). Baseando-se no pensamento de Halbwachs, a autora acrescenta:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos

Com este contrato, o DNOCS, num prazo de 05 anos passaria o título definitivo, após o pagamento de um determinado valor. Esse contrato venceu sem que o DNOCS assinasse um título. No decorrer deste texto serão apresentadas narrativas de colonos sobre este fato.

⁵ O Perímetro foi dividido em 8 setores: B, C1, C2, D1, D2, E, G e H. Em cada um desses setores existem os quintais (locais de morada dos colonos e/ou proprietários) e os lotes agrícolas, locais de exploração das culturas e palco do trabalho agrícola.

⁶ Moacir Palmeira (2002, p. 172) teceu uma discussão sobre política e tempo fazendo referência à noção de “tempo da política”. Este “tempo” se relaciona tanto ao período eleitoral (vivenciado pelo eleitorado e candidatos), como também envolve “toda a população, cujo cotidiano é subvertido”. Desse mesmo modo, quando trato aqui sobre o “tempo da cana” e o “tempo do coco” entendo que esses períodos marcaram as sociabilidades das famílias de colonos. Os jovens, por exemplo, não vivenciaram o “tempo da cana”. Os jovens aqui estudados fazem parte do “tempo do coco”. Como esses “tempos” repercutiram na vida cotidiana dessas pessoas? É sobre isso que fala a tese de doutorado em processo de elaboração. Nessa reflexão, para se pensar sobre a relação de um determinado povo com a natureza, num cotidiano em que as relações sociais, os saberes e as práticas se determinam por uma orientação marcada pelo tempo ecológico, uma importante referência se encontra na obra de Evans-Pritchard (1999), *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*.

materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (idem, p. 20)

Não importa analisar se os fatos narrados são falsos ou verídicos, mas perceber o que ficou como lembrança, o que eles consideram relevante para descrever a sua trajetória no Perímetro, como eles reconstróem, no presente, o passado vivido. Para se descrever seus passos nesse chão, destaca-se a narrativa biográfica⁷ de três colonos, todos velhos, acima de 70 anos de idade: o “Seu Augustinho”, o “Seu Pantico” e o “Seu Evan”. São trazidas, também, as narrativas de um filho de colono, as quais complementam as discussões sobre agricultura/trabalho na agricultura, ressaltando aspectos que apontam para a descontinuidade desse modelo tradicional.

Através das narrativas⁸, espera-se apreender, ainda que parcialmente, alguns aspectos da memória coletiva dos colonos do Perímetro. Como bem exploraram Rocha e Eckert (2013, p. 111-112), traduzindo o pensamento de Halbwachs, a memória coletiva trata-se de um “processo narrativo de construção social”. Ou seja, [...] “as histórias de vida cotidiana seriam um jogo de lembrar e esquecer, de selecionar e ressignificar as práticas sociais que fazem dos sujeitos construtores singulares do conhecimento de suas experiências compartilhadas.” Nesta perspectiva, a história do Perímetro é pensada a partir dos relatos de memórias, das experiências biográficas de quem foi o ator principal, o colono, e assim “reconstrói-se”, parcialmente, a história do tempo vivido.

O tempo da cana e o tempo do coco retratam os movimentos, as deambulações dos colonos e suas famílias. Nesses movimentos, em suas falas, é possível observar as sociabilidades de seu entorno e seu centro, o seu cotidiano. E ainda, “pelas narrativas, os entrevistados constroem representações individuais remetidas a um plano coletivo”. (ROCHA & ECKERT, 2013, p. 120)

É oportuno salientar que as narrativas apresentadas a seguir foram colhidas através de entrevistas abertas, realizadas na casa do entrevistado. As escolhas foram

⁷ A narrativa biográfica é aqui utilizada como um dispositivo metodológico que possibilita ao sujeito narrador significar a sua experiência de colono, evidenciando sua trajetória de vida, as marcas da memória, os sentimentos, as desventuras, as frustrações e as alegrias. As narrativas de vida possibilitam uma estreita interação entre passado e presente. Rocha e Eckert (2013, p. 120) salientam que “no método etnográfico, os relatos de vida são apreendidos como a maneira singular do sujeito cognoscente de interpretar experiências de vida numa ordenação temporal que lhes faça sentido, exteriorizando valores encarnados no cotidiano em sua forma singular de interagir nos diversos processos de socialização, de se relacionar nas redes múltiplas, evidenciando a complexidade das tramas cotidianas de inserção nos contextos sociais, da negociação dos papéis e performances demandados, da estruturação do eu (self) e no desempenho no ato comunicativo/vivido” .

⁸ Suely Kofes (2001, p. 13), em *Uma trajetória, em narrativas*, fala sobre uma antropologia que “elabora interpretações, explicações, teorias, [mas que] também se constitui narrando as estórias ouvidas, escrevendo o oralmente contado”. É assim que são pensadas as narrativas aqui esboçadas.

aleatórias e em função da disponibilidade do colono. Todos os entrevistados foram originalmente selecionados e assentados pelo DNOCS, ainda têm lote no Perímetro e estão lúcidos.

O primeiro entrevistado foi o Seu Augustinho, colono de 94 anos. Era por volta das dezesseis horas do dia trinta de janeiro de dois mil e dezesseis. Na abordagem, agradeceu-se por sua disponibilidade e explicou-se sobre o interesse em ouvir as “histórias do começo do Perímetro”. A primeira pergunta proposta foi a seguinte: *o senhor lembra quando chegou aqui?* Ele disse: “Eu me lembro de tudo! Cheguei aqui em primeiro de março de 1977. Vim pra essa casa aqui e num sai não. Era eu, a mulher e cinco filhos”. A conversa seguiu: *Era tudo criança?* E ele disse: “Não, tudo já trabalhava! Nós trabalhamos na cana. Era todo mundo”.

Nesse momento da conversa a sua filha entra no assunto e diz: “eu tinha 12, o Liama tinha 10, o outro tinha 11, o compadre Osmar tinha 16, tinha o Ismar e tinha o Sonca, que era pequeno. Esse era neto, mas veio como filho”. Pelo relato da mesma, observa-se que seus filhos, do ponto de vista legal⁹, eram crianças e adolescentes, mas no relato do colono o que fica na memória é o trabalho na cana, destacando que os que trabalhavam já não eram mais crianças, já tinham obrigações com o trabalho familiar. Pelos relatos pode-se notar que, no tempo da cana, o trabalho de crianças e adolescentes era considerado natural e fazia parte do modelo educacional dos pais. Delma Pessanha Neves (1999, p. 226), nos seus estudos sobre a utilização do trabalho infantil em usinas de cana-de-açúcar, ressalta que há modalidades de trabalho infantil que são

[...] fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e construção do herdeiro, principalmente, do sucessor. A orientação do uso da força de trabalho, nesses casos, referencia-se por valores que orientam a relação entre pais e filhos, mestres e aprendizes. Outrossim, como instrumento de socialização dos novos seres sociais, está associado a divisões sexuais do trabalho socialmente definidas.

A profissão de agricultor se enquadra nessa definição. Os filhos, desde crianças são socializados por meio do trabalho. Os relatos de outros colonos e de seus filhos apresentam cenas que traduzem esta perspectiva. Perguntou-se: *Seu Augustinho no começo aqui era só trabalho? Não tinha diversão?* Ele diz:

Não, era só trabalho bem dizer. Era só reunião. Hoje eu tenho 94 anos e não trabalho mais. Mas eu não trabalho porque minhas pernas dói. Só pode ser cansaço! Até o ano passado **eu fiz feijão** [grifo nosso] pra mim comer. Nesse ano eu num plantei mais nada, mas eu tenho ali 6l de feijão que se aradarem lá eu vou plantar todim lá.

⁹ Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada criança a pessoa com até 12 anos incompletos. É considerada adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos (Lei N° 8.069/1990).

Seu Augustinho fala de um corpo cansado pelo desgaste natural do tempo, por uma vida dedicada ao ofício de agricultor. Por outro lado, ele parece desejar vencer essas limitações quando fala que tem semente para plantar o feijão. Geralmente os agricultores deixam uma parte do feijão colhido para o próximo plantio. É muito emblemático quando ele afirma que “fez feijão”. Nesta afirmativa contém a ideia de que o agricultor, pela relação singular que estabelece com a natureza, se sente parte dela. Vê-se a fala de um agricultor que ainda tem a esperança de tirar da terra o seu alimento.

Outro entrevistado foi o Seu Pantico, abordado no dia dezesseis de janeiro de dois mil e dezesseis. O colono tem 73 anos e atualmente tem um comércio no Setor D2, onde vende lanche (tapioca, café, caldo, panelada etc.). O colono faz uma reflexão sobre a agricultura no tempo da cana e atualmente:

A agricultura era boa. Naquele tempo dava pra sobreviver. Hoje se o cabra for sobreviver de agricultura ele sabe que não tem condições. Hoje se você for pagar um trabalhador mesmo que dê produção não dá, num vale nada. Naquele tempo os juros era baixo e a produção era boa, hoje os juros são altos. [Fala em relação aos empréstimos]. Eu se eu fosse hoje um cabra novo eu num ia fazer plantio pra pagar ninguém. Porque num dá. Num tem condições. O cabra tem que fazer só aquilo que ele pode fazer sozinho, porque pra colocar trabalhador não dá. Além disso, a gente não encontra ninguém pra trabalhar e a produção é pouca. Hoje ninguém valoriza a agricultura. Naquele tempo, você é louca! Era muito valorizada.

O “tempo da cana”, nas narrativas do colono era um tempo de abundância, em termos de produção agrícola. No tempo da cana a terra era “descansada”, fértil. Nesse tempo, a agricultura garantia a sobrevivência dos colonos. Ele afirma que chegou a “plantar três áreas mortas”. A esse respeito vale esclarecer que cada colono recebia uma área morta informalmente¹⁰ do DNOCS para plantar o que eles achassem conveniente, pois não havia a intervenção da autarquia. A área morta, nestes termos, era o espaço da liberdade do colono, onde ele poderia exercer a sua vontade, definir o que produzir e como produzir. Caso o colono não quisesse ou não pudesse plantar nessa área, ele “poderia”¹¹ repassar a outro colono, como no caso do Seu Pantico, que tinha fôlego financeiro para bancar a produção de três áreas mortas, além de seu lote.

Percebe-se no relato do Seu Pantico, por outro lado, as dificuldades que cercam o pequeno agricultor no momento. Ele só consegue produzir se tiver mão-de-obra familiar, porque geralmente o que ele produz não tem valor suficiente para arcar com todas as despesas. Os colonos produziam muito no tempo da cana, porque tinham incentivos

¹⁰ Tratava-se de uma demanda dos colonos, que reclamavam que a área do lote e do quintal era insuficiente para manter a família.

¹¹ A palavra poderia é colocada aqui entre aspas, porque essa prática de dava informalmente, ou seja, sem a anuência do DNOCS.

através dos empréstimos/financiamentos bancários. Ele chega a proclamar que não é viável produzir hoje. Produzir manualmente, para ele, “não tem futuro, não compensa”. Perguntou-se, nesse momento, sobre os jovens e o trabalho na agricultura. Ele diz o seguinte:

Esse pessoal novinho, primeiro que as leis incentivam os pais a não ensinar o filho a trabalhar. Se você for colocar um filho de 17 anos pra baixo pra trabalhar você é penalizado. Essa é uma lei mais vagabunda que tem no mundo. Porque eu acho que você tem que trabalhar de novo, saber o que é dar valor ao trabalho, possuir alguma coisa. Hoje você cria um filho no meio da rua. O que ele pode aprender? Nada. Isso incentiva, eles ficam com os amiguinhos por aí. Quem disser que trabalho mata eu digo que é mentira. Eu comecei a trabalhar com 05 anos de idade eu me criei sem pai. Não tenho nem lembrança dele. Quando ele morreu eu tinha dois anos. Eu me criei sem pai. Foi no tempo da dificuldade. Não tinha a facilidade que tem hoje não. Naquele tempo a gente passava fome que nem cachorro amarrado. Eu precisava, era doído pra ganhar uma coisa. Comecei a trabalhar com 5 anos de idade. O nosso patrão lá tinha dois dias por semana pra trabalhar pra ele e era uma ruma de menino trabalhando só numa carreirinha, só pra ajudar e ganhar um dinheirinho. Eu me casei com 17 anos de idade e nunca pedi ajuda a ninguém pra sustentar minha mulher. Eu sempre fui agricultor. Não aprendi a ler por naquela época só aprendia a ler quem tinha condições de pagar uma professora. Não tinha as facilidades que tem hoje. Não tinha escola fácil. Hoje é maravilha. As leis hoje incentivam a vagabundagem, incentiva a não trabalhar. A justiça incentiva tudo.

A narrativa do colono revela uma queixa recorrente na fala dos entrevistados: um sistema de leis que, segundo eles, incentiva a “vagabundagem”. Os agricultores, geralmente, foram socializados na agricultura por seus pais. A herança recebida era o costume pelo trabalho, a capacitação para a sobrevivência por meio da atividade agrícola. Nesse contexto, tem-se o trabalho como protagonista das relações familiares, garantindo a sobrevivência de seus membros e, ao mesmo tempo, promovendo a socialização. Seu Pantico trabalha desde criança e, segundo ele, era uma necessidade, já que o tempo era de precisão extrema, ou na metáfora proferida pelo mesmo “era um tempo em que a gente passava fome que nem cachorro amarrado”. A necessidade conduzia à naturalização do trabalho infantil. Os estudos de Marin (2006, p. 54) trazem dados relacionados a essa necessidade:

Dada a precariedade das condições de vida, para a grande maioria das famílias de trabalhadores, o ingresso de seus filhos no mercado de trabalho é considerado normal, porque significa mais braços na realização de mais tarefas, contribuindo, assim, para o aumento dos ganhos familiares necessários à garantia da própria sobrevivência. [...] a necessidade é a razão que move as famílias a levarem seus filhos ao trabalho.

O Pantico criança trabalhava para o patrão (o fazendeiro, dono das terras) “só pra ajudar e ganhar um dinheirinho”. Para explicar os malefícios do trabalho de crianças no meio rural, Marin (2006, p. 21) faz referência aos estudos de Caldeira (1960). Segundo

este, a dedicação ao trabalho “impedia a continuidade da escolarização”. No caso do Seu Pantico, ele sequer aprendeu a ler, “pois não tinha escola fácil”. Sua infância foi dedicada ao trabalho. Sua fala demonstra o orgulho de um homem que sustentou a família com o *suor de seu rosto* desde os dezessete anos, quando resolveu se casar. Era a pobreza extrema que requisitava o trabalho de crianças e adolescentes.

Esse orgulho do trabalho, segundo ele, não existe mais hoje, especialmente por causa da legislação que proíbe o trabalho infantil, impedindo que os pais socializem os filhos por meio do trabalho. Ou seja, embora o trabalho infantil, do ponto de vista institucional, seja considerado uma ilegalidade, para este e outros entrevistados, trata-se de uma prática legítima. O trabalho, conforme já esboçado, tem um significado moral. Além disso, essa ética imposta pelas leis pode desfazer uma cultura antiga entre os agricultores, deixando uma forte lacuna na relação entre pai (anteriormente mestre) e filho (o aprendiz).

A esse respeito, os estudos de Candido (1979, p. 249) apresentaram informações sobre os modos de vida de uma comunidade de caipiras do estado de São Paulo nos anos de 1948 e 1954: “Desde pequenos os filhos acompanham os pais, familiarizando-se de maneira informal com a experiência destes: técnicas agrícolas e artesanais, trato dos animais, conhecimentos empíricos de várias espécies, tradições, contos, código moral”. Desse modo, “a família é praticamente o mundo, delimitando as fronteiras dentro das quais se dá a educação e se forma o conhecimento das coisas”. Os colonos entrevistados e os que aceitaram conversar informalmente durante a pesquisa, foram socializados no trabalho agrícola, acompanhando os pais ou parentes. Eles reproduziram o mesmo modo de vida com relação à educação dos seus filhos. Estes, por sua vez, tiveram dificuldades de impor esse modelo de criação em função, também, dos novos meios de sociabilidade dos jovens.¹²

Outro colono entrevistado foi o Seu Evan. O colono de 69 anos foi abordado em sua casa, na sede do município de Paraipaba, no dia 21 de abril de 2016. Ele ainda preserva o seu lote no Setor E, mas preferiu vender o quintal para comprar a moradia atual. Ele conta que resolveu morar na cidade em decorrência da infraestrutura, especialmente a facilidade de acesso aos serviços de saúde. Seu Evan carrega em sua trajetória a experiência do pai agricultor, dando continuidade ao seu ofício. Sobre isso ele conta: “Foi o meu pai [quem ensinou a trabalhar na agricultura]. Eu ia com meu pai pra roça, eu e outro irmão. Quando chegava lá ele ficava doente e o meu pai mandava ele ir

¹² Escola, amigos, internet e a mobilidade entre os espaços urbano e rural fazem parte dessas novas redes de sociabilidade.

simbora [sic]. Nunca no mundo ele trabalhou!” Para o colono o irmão “era preguiçoso”. Ele, ao contrário, era trabalhador, “aguentava o tranco!”. Ajudar ao pai no trabalho agrícola teve um preço: “Por isso é que eu não sei de nada! Porque meu tempo foi só pra ajudar o papai. Com menos de 10 anos eu comecei a trabalhar. Eu nunca estudei. Porque eu sempre morei nos matos e nesse tempo as escolas era mais difícil e eu me preparei só em ajudar o papai”. Era uma vida mobilizada pelo trabalho, pela necessidade de garantir a sobrevivência.

Já no Perímetro, na condição de colono, ele reafirma uma rotina de trabalho que envolvia uma diversidade de atividades: “o cara fazia trinta coisa num dia”. Quando ele chegou ao Perímetro, seus filhos eram pequenos e não ajudavam nos trabalhos diários, embora acompanhassem os pais no lote. Perguntou-se: *E quando foi que o Branco começou a ajudar o senhor?*

Eu não me lembro não. Ele desde pequeno ajudava no lote. Ele com 10 anos já cortava capim. Ele e uma irmã mais velha. Os dois pegavam a carroça, iam pro lote arrancar capim e enchiam a carroça de capim e traziam pro gado. Era dois perereca assim!” [fez um sinal com as mãos demonstrando que eram pequenos]. O meu filho era no meu pé direto. Por isso é que ele é do jeito que ele é porque eu ensinei a ele. Ele é trabalhador. Eu ensinei a ele. Eu deixei meus filhos tudo formado na agricultura. Noutra coisa não. Meus filhos tudo é formado, tanto faz o homem quanto a mulher, tudo aprendeu a trabalhar.

Nota-se na fala do colono o orgulho da profissão herdada do pai e transmitida aos filhos. Ser agricultor está relacionado ao trabalho, simbolizando que os filhos são trabalhadores e, portanto, não são “preguiçosos”. O trabalho está, portanto, vinculado a um valor. Ele preparou os filhos para uma vida dedicada ao trabalho desde muito cedo. Aparece em suas narrativas, diferentemente de outras, o prazer em identificar a agricultura como sua profissão. Durante a conversa ele afirma que os jovens do tempo do Branco são diferentes dos jovens de hoje. Sobre isso ele afirma: “Porque os jovens de hoje só querem ser sem-vergonha. Naquela época não existia isso. Não tinha essas coisas. O cara era só no trabalho”. Assim como os demais colonos entrevistados, Seu Evan enfatiza um cotidiano marcado pelo trabalho:

Quando nós ia limpar a cana eu pegava essas duas meninas que saíram daqui [quando da chegada para a realização da entrevista, elas estavam saindo] e a outra que mora no [Setor] C1 e o Branco. Tudo uma ninhada desse tamanho! E quando chegava lá era cada um com uma enxada dentro da cana. Você sabe que o trator aonde passa o sucador é mais largo do que onde passa o pneu. E aí minha filha de Deus quando um pegava uma carreira onde passava o sucador e que a outra pegava a do pneu, que era estreitinho assim rapaz de vez em quando eu corria pra *riba* igual um capote para desapartar as brigas. Porque uma ia na frente porque a carreira do outro era melhor, mais estreita. E assim nós tiramos esse tempo. Eles ajudavam em tudo. Quando eu plantava aquela minha área morta perto da lagoa eu plantava um horror de roça. Porque além do lote eu

plantava na área morta. Na área morta eu podia plantar o meu milho. No lote eu não podia. Depois é que foi liberado o cabra plantar um milho no lote, uma macaxeira, mas de primeiro não podia não. Quem plantava, o trator do DNOCS ia lá e passava o trator por cima. Se o *seito* [sujeito] plantasse uma coisa sem ser mandado por eles o trator vinha e passava por cima.

Nas lembranças do colono tem os filhos presentes no tempo da cana, um tempo demarcado pela sociabilidade autoritária do DNOCS. Tratava-se de uma época em que todos os membros da família estavam envolvidos na dinâmica produtiva do lote e do quintal. Esse modelo de socialização por meio do trabalho na agricultura foi se modificando em relação aos netos de colonos. É interessante observar a narrativa de um filho de colono, o Branco, que tem 44 anos e trabalha na comercialização do coco. O referido possui uma área morta em que produz coco e também “cuida” do lote do pai. Ao ser indagado se chegou a trabalhar na cana, ele respondeu:

Cheguei! E eu achava bom! Era bom demais. Eu gostava. Tinha gente que não gostava, mas eu achava bom demais. Ia eu e as meninas [suas irmãs] pro lote.

Você tinha quantos anos?

Virzângela eu acho que eu tinha uns 7 anos. Com uns 7, 8 anos a gente já tava na roça. Nós já ia pequenininho, mas a gente não fazia nada. Só malinava. A gente ia pra passar o dia. A mãe levava as panelas veia. Aí já tinha a mais velhinha que já ficava olhando a panela e o pai trabalhava. Aí nós fomos crescendo e fomos acompanhando ele. Na limpa da cana, quando chegava a limpa da cana era eu e três irmãs. Trabalhava tudo. Num tinha esse negócio não de ir só homem não! Ia era tudo.

Assim como para os demais entrevistados, levar os filhos ao lote era uma forma de socializá-los no trabalho agrícola, continuando a tradição dos seus antepassados. Todos os membros da família se envolviam nas atividades do lote. Quando se pergunta: *Vocês ganhavam alguma coisa?* “Na época o que a gente ganhava era o que o nosso pai dava. Eu acho que dava pra comprar bombom. Era só um agradozim. Porque a gente trabalhava, mas era só pra se manter mesmo. Pra sobrevivência da gente”. Trata-se, portanto, do modelo de família camponesa¹³, em que cada membro assume uma atividade específica, voltada para a subsistência do próprio grupo.

No decorrer da conversa, ele foi indagado sobre a sua saída do lote, ou seja, em que momento ele resolveu buscar um trabalho fora da unidade familiar. Ele conta que o colono só tinha acesso a dinheiro através do recebimento da mão-de-obra (um valor limitado e pouco suficiente para as despesas imediatas) e depois da prestação de contas com a Cooperativa. Era neste período que o colono, tendo saldo, fazia a feira: “Era anual.

¹³ Beatriz Heredia (1979, p. 249), em seu clássico “A Morada da Vida”, discorre sobre a família camponesa na Zona da Mata do Nordeste: As famílias de colonos, no início, se assemelhavam a esse modelo tradicional de família e de organização do trabalho agrícola.

A gente comprava o grosso, era de saco. Era saco de arroz, saco de açúcar”. À medida que os filhos iam crescendo e buscavam a sua autonomia financeira, eles eram levados a procurar um trabalho fora do lote. O pai, no caso do Branco, incentivou o filho: “meu filho se você arranjar um trabalho pra ganhar o seu dinheiro você vá. Porque eu não tenho condições de lhe dá [sic] nada”.

Nesse momento da entrevista, pediu-se que ele contasse sobre o seu filho: *Você o cria como o teu pai te criou?* Ele disse que não é igual, “mas é quase parecido. Porque na minha época o meu pai me criava assim: a gente morava na roça, e trabalhava e estudava. Hoje eu moro na cidade, mas eu tenho a minha roça. Antes eu levava ele comigo pra fazer uma coisinha ali. Hoje não. Ele estuda os dois períodos. Eu digo: estude porque o que eu tenho, o que eu faço dá pra nós sobreviver.” O fato de o filho de 18 anos estudar os dois turnos o impossibilita de “ajudar o pai”. Contudo, ele avisa que o filho deve se dedicar aos estudos. O que ele ganha é suficiente para manter a família, mas ele exige a contrapartida, que é a dedicação do filho aos estudos:

Na fala do Branco o filho não se identifica com o trabalho agrícola: “O negócio dele é fazer curso de eletrotécnico, essas coisas.” O pai, nesse contexto, oferece ao filho “uma opção”, a opção de estudar e se “livrar” do trabalho agrícola. É colocada em nossa conversa a questão da sucessão hereditária, procurando-se entender se os colonos se preocuparam em formar um filho para a continuidade dos trabalhos na unidade familiar:

Não. Aqui não existe [a preocupação em formar um sucessor]. Porque aqui cada um procura a coisa que quer ser. Então eu acho que é assim, Virzângela. Porque hoje um aluno, um filho que nem o meu, tentar se formar pra não ir pra roça, mas se ele tiver o seu sustento numa melhores condições, pra ele é bom. Porque hoje a roça é complicado. A roça não é fácil. Mas a roça tem sempre que existir. Porque se não existir quem é que vai alimentar? Tem que alguém preparar alguém pra tomar conta, mas ele é o meu mais velho e ele tá nesses estudos. E Deus queira que ele continue, porque se não estudar vai pra roça. Na rua eu não vou deixar. Porque eu sou criado na roça desde 7 anos. Eu sei o que é a roça, mas eu gosto. É pesado, mas eu gosto. Pra pessoa gostar tem que tá dentro.

Algumas questões importantes são levantadas nesta narrativa: a primeira delas é que não havia uma preocupação dos pais em formar sucessores para o trabalho agrícola. Parece que a preocupação maior das famílias, desde o início, era garantir a sobrevivência imediata de seus membros. Embora este narrador seja um homem “da roça”, formado na agricultura, ele entende que esta atividade não é simples. Como ele mesmo diz, “serviço de roça não é fácil”. Para o filho ele deu a “opção” de estudar e buscar um futuro “melhor”. A escola, desse modo, abre uma oportunidade para que os jovens formulem projetos de vida para além da agricultura. Diferentemente dos colonos, para os quais “ser agricultor” era praticamente a única opção, era “o destino de quem nasceu em uma família pobre da

roça”. Ele afirma, por outro lado, que “gostar da roça” exige uma socialização “na roça”, ou seja, “pra pessoa gostar tem que tá dentro. Se você num tá dentro você num gosta”. Neste caso, é o trabalho agrícola que mediará o processo educativo, assumindo um caráter essencial na formação moral e transmissão de saberes. Esse processo de transferência estaria ligado a um “modo de ser camponês” ou, ainda, à forma como as famílias de agricultores vivem e buscam a sua sobrevivência. Esse modelo de “ser agricultor” vem se modificando, considerando-se o contexto estudado.

OS JOVENS E A SUCESSÃO HEREDITÁRIA NO PERÍMETRO

Quando do retorno da pesquisadora ao Perímetro para a delimitação do objeto da tese, em 2015, a primeira questão foi saber se ainda existiam colonos naquele espaço e, conseqüentemente, se os seus descendentes ainda formavam parte da juventude do Perímetro. Para o levantamento desses dados, partiu-se do contato com Nirinha¹⁴, neta de colono. No setor em que ela mora (Setor D2), dos cinquenta e seis lotes que foram entregues aos colonos originalmente assentados pelo DNOCS, vinte e oito permanecem sob a “gestão”¹⁵ dos mesmos ou de seus descendentes. Mas analisar esta realidade não é tão simples.

Nirinha explicou o caso de sua família: O seu avô (colono) “dividiu em vida” o lote com seus dez filhos, sendo que dois deles “são netos que foram criados como filhos”, afirmou a mesma. A sua avó (que hoje é viúva) é responsável pela divisão entre os sucessores dos parques lucros advindos da comercialização do coco: “A vó faz assim. Quando o comprador tira o coco todo do lote ela recebe o dinheiro e divide com nós. É assim [risos]” (Nirinha, 35 anos). Vale acrescentar que no quintal tem a casa da avó, que mora com dois netos (sendo um de 25 anos que trabalha na comercialização do coco e outro de 23 anos que trabalha no Porto do Pecém), um tio e um irmão de Nirinha, os quais moram com suas famílias. Sua mãe “comprou um pedaço do quintal do vizinho, da casa 16, que fica do lado do nosso. No lote do meu avô mora eu com meu esposo que é

¹⁴ Nirinha é uma interlocutora chave porque “nasceu e se criou” no Perímetro, é agricultora, neta de colono e vivenciou o tempo da cana e o tempo do coco. Ela tem na construção da tese a mesma importância que teve Doc para Foote Whyte em seu clássico *Sociedade de Esquina*. Ela contribuiu para o acesso da pesquisadora tanto aos velhos colonos como aos jovens, netos de colonos. Durante muitas idas a campo, a pesquisadora esteve em sua cozinha, tomando café com tapioca e conversando sobre a sua trajetória e da sua família no Perímetro. Muitas entrevistas aconteceram nesse espaço particular. Isso possibilitou um tom descontraído às entrevistas, tirando as possíveis tensões ocasionadas pela formalidade.

¹⁵ O termo gestão é colocado entre aspas porque muitos já estão velhos e fizeram a partilha simbólica do lote entre os filhos. Este assunto é tratado no próprio texto.

agricultor e tem mais três casas que moram um irmão meu com a mulher dele e nas outras casas moram dois tios meus com suas famílias”. Compreender esses arranjos é importante para apreender o “lugar” dos jovens nesses contextos familiares e situá-los na dinâmica do Perímetro, além de ir experimentando as possibilidades de trilhas metodológicas.

Assim, este mesmo exercício repetiu-se através de conversas informais com algumas lideranças locais, geralmente netos, filhos ou os próprios colonos. Com isso, conseguiu-se “mapear” todos os setores da primeira etapa: ¹⁶ B, C1, C2, D1, D2 e E. É importante frisar que foi tomada como referência comparativa uma planilha elaborada pelo DNOCS em 2001 em que constavam os dados sobre a ocupação do Perímetro, incluindo o nome do irrigante, a sua categoria (se era IC – irrigante convencional – ou ME – microempresário), o tipo de contrato com o órgão e se era irrigante de origem (IO), ou seja, originalmente assentado pelo órgão. A partir desse mapeamento, foi possível identificar o seguinte: 306 lotes foram vendidos, o que representa 60,5%. Desse total de colonos que venderam o lote, 81 ficaram no Perímetro, morando no quintal. 121 colonos permanecem no Perímetro com o lote e o quintal (23,9%), 79 colonos faleceram e o lote e o quintal ficaram sob a responsabilidade de algum membro da família (15,6%).

Uma análise rápida destes dados mostra que houve uma grande mudança no formato original do Perímetro: os colonos, hoje, são minoria. Ou seja, o Perímetro conta com 202 colonos vivos, num universo de 506 lotes, o que representa menos de 40%. Apenas 121 continuam “responsáveis” pela gestão do lote e quintal. O termo “responsáveis” é escrito aqui entre aspas, porque a maioria já está envelhecida e é composta por aposentados. Com isso, a propriedade, na prática, foi dividida entre os descendentes¹⁷. Há os casos daqueles que “vendem” o lote, mas permanecem no quintal. O quintal, conforme já foi dito, é a casa deles, por isso eles só se desfazem do lote. Ou melhor, o Perímetro é a morada do colono; portanto, embora ele tenha motivos para vender o lote (pagar dívidas, dividir o dinheiro entre os filhos ou devido a problemas de doença ou morte), alguns escolhem permanecer no quintal. Essa área mede cerca de 0,72 hectares, tamanho suficiente para a sua habitação, a de um filho (ou mais) e o plantio de cerca de 100 coqueiros. Ter um coqueiral produzindo significa ter uma renda mensal, ainda que pequena.

Durante uma conversa com o colono Zé Barroso, ele disse que não pretendia vender seu lote: “Eu tenho 10 filhos, se eu vender não vai dar nada pra cada um. Quando

¹⁶ O Perímetro teve a sua primeira etapa instalada em 1976 e a segunda etapa no início dos anos 1990. Neste estudo, os sujeitos são os colonos, os quais foram assentados na primeira etapa.

¹⁷ Essa partilha em vida trata-se de uma prática comum no Perímetro entre os colonos.

eu não puder trabalhar mais eu vou arrendar. Tem filho que quer que o pai venda o lote, aí quando o dinheiro se acaba ele volta pra dentro de casa pro pai sustentar com o aposento”. Ele fala de uma situação corriqueira: alguns colonos resolveram “vender” o lote, conforme já sinalizado anteriormente. Perguntou-se: *Porque você acha que os colonos vendem os lotes?* Ele diz: “só tem duas causas: ou eles são preguiçosos, sem vergonha, vagabundo, bebedor de cachaça e não querem trabalhar e outra é porque são velhos, não trabalham mais e os filhos não querem mais [trabalhar na agricultura]”. É interessante lembrar aqui de uma conversa tida com Seu Maurício, um colono que vendeu o lote e continua morando no quintal. O encontro com este interlocutor deu-se na ocasião em que ele estava “tirando o coco” no lote do produtor Cauby¹⁸. Causou surpresa vê-lo puxar uma carroça durante a “tirada do coco”¹⁹. Ele relatou que vendeu o lote por incentivo dos filhos: “Vendi. Porque eu tinha repartido com eles [os filhos] e eles quiseram vender. Né? Mas por mim mesmo eu num tinha vendido não. Era tão bom! São seis. Tudin aceitaram a venda, né. Era oito carreiras pra cada um, mas eles quiseram vender, né? Eu já tô velho, né?”.

O diálogo com este colono despertou na pesquisadora um sentimento de piedade por ver a tristeza nos olhos daquele homem. Ele disse por muitas vezes que não queria vender, mas que “eles aceitaram, né?”. Todos da família queriam vender, ele foi voto vencido. Aqui, cabe a segunda hipótese apontada por Seu Zé Barroso: o colono vende quando se sente velho e impossibilitado de “cuidar do lote”: “eles quiseram vender, né. Eu já tô velho, né?” O “ser velho” aqui assume um caráter contraditório: ele se sente velho para se responsabilizar pela gestão do lote, mas continua trabalhando no coco, que é um serviço braçal, que exige considerável esforço físico, um trabalho que reivindica um corpo habilitado para a sua execução.

Por outro lado, a fala do colono reflete uma prática comum no Perímetro no que se refere à partilha do lote entre os filhos (“era oito carreiras [de coqueiros] pra cada um”). Ou seja, muitos colonos, quando se sentem envelhecidos fazem uma divisão do lote entre os filhos, sendo em alguns casos por pressão destes últimos, que visualizam o lote enquanto patrimônio familiar, um bem comercializável, capaz de suprir algumas de suas demandas imediatas. “Deixar a herança” para o descendente vai de encontro à moral institucional, ou seja, o lote é considerado como indivisível pelo DNOCS e deveria ser

¹⁸ Em outubro do ano 2006, Cauby “comprou” o lote de Dona Mazé, viúva de colono. Ela decidiu vender a propriedade porque adquiriu muitas dívidas em função da doença do esposo. Além disso, os filhos não queriam dar continuidade ao trabalho agrícola. A mesma continua até hoje morando no quintal. Nessa pequena área produz coco, coentro, cebolinha e jerimum.

¹⁹ Processo de colheita do coco para a sua comercialização.

repassado para um único herdeiro, o qual seria o responsável pela continuidade dessa estrutura de produção. Esse modelo “legal”, ao que tudo indica, para os colonos, fere a sua moral, em que “todos os filhos têm direitos”. Mais uma vez vemos no cotidiano dos colonos a dualidade entre o que institucionalmente é considerado “legal”, “ilegal” e o que eles definem/estabelecem como “moralmente correto”.

A partir de toda essa contextualização, cabe explicitar as narrativas dos jovens sobre agricultura/trabalho na agricultura. O contato da pesquisadora com os jovens se deu através de Nirinha, que a apresentou a Joabe, que é filho de colono, tem 20 anos e trabalha no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraipaba. Este jovem relatou vários momentos em que teve vergonha de ser filho de agricultor, de morar no Perímetro:

Era assim, meu pai nunca foi de bater, espancar não, apesar dele nunca ter estudado. Mas ele dizia sempre pra nós assim “ou trabalha ou num come”. A mãe dizia também, porque às vezes só tinha feijão e arroz, dificilmente tinha o tempero lá em casa, era difícil, viu! [tempero que ele diz é a carne, frango etc.]. De tarde num tinha merenda. A mãe ganhava muita roupa usada pra gente usar [risos]. Eu andava todo sujo, com as unhas toda suja. Às vezes o pessoal dizia: “esse menino rei anda todo sujo”. Uma vez eu fui na Paraipaba, aí a mulher disse: “é porque é filho de agricultor, anda todo sujo, não sei o que, não tem educação” [falou imitando a voz da mulher].

A narrativa do jovem retrata uma vida marcada pela provação, pelas dificuldades em extrair da terra a sobrevivência. Os pais incentivam que os filhos trabalhem e defendem que trabalhar significa lutar pela vida e ter o que comer. Os relatos também retratam a pouca valorização da agricultura para a sociedade, como se as pessoas que se dedicassem a este ofício fossem inferiores e não merecedoras de respeito em sua dignidade. Ou nas palavras dele: “É assim, porque quando se pensa em agricultura é uma pessoa que não tem condição, né? Que passa fome. É assim, né? Sempre existiu isso. Mas aí quando eu passei a participar do movimento sindical vi a importância da agricultura”.

Durante as vivências em campo foi possível conhecer jovens que pretendiam continuar no Perímetro depois de findar o ensino médio, mas eles queriam também ter acesso ao ensino superior, ter um emprego fixo, uma melhor qualidade de vida. Ou seja, valorizar sua localidade de origem não significa a negação aos bens imateriais e materiais classificados como urbanos. Eles reconheciam que a vida no Perímetro tinha suas vantagens. Um deles disse: “eu tenho horror à correria de Fortaleza. Aqui eu tô em casa. É mais tranquilo” (Lucas, 20 anos). Para Naty (17 anos), a calma do Perímetro também é positiva: “Gosto, aqui é bastante calmo, o trânsito, essas coisas assim, é mais calmo”. Mas eles reclamam também da falta de opções de lazer: “o que eu não gosto é que de

noite aqui é muito ruim. Porque não tem graça, não tem nada de bom. Não tem nada assim pra gente se divertir” (Bruna, 16 anos).

Por outro lado, nenhum deles pretendia dar continuidade ao trabalho agrícola na unidade familiar, confirmando o que têm mostrado, recentemente, as principais referências teóricas no que se refere à perspectiva de rompimento com o trabalho agrícola. Os relatos a seguir seguem essa perspectiva:

Não me interesso pelo lote não. Sei lá, não tenho essa vontade que meu vô tinha. Eu não tenho vontade de ter lote não. Assim, quem sabe só se for pra eu construir alguma coisa depois. Só se for pra isso mesmo. Mas agricultora não (Naty, 17 anos).

Os jovens não querem trabalhar na agricultura e estão incentivando seus pais a vender os lotes e ficar só com o quintal. Pra eles papocarem só com coisa que não tem futuro. O incentivo de muitos jovens é que os pais vendam o lote e repartam o dinheiro com eles (Carlos, 22 anos).

Também tem muitos pais que querem levar os filhos de 12 ou 13 anos, mas as políticas públicas diz que não pode botar de menor pra trabalhar. Aí os filhos vão crescendo sem vergonha e diz *não eu não posso ir se não vou pro conselho tutelar, eu sou de menor*. Mas graças a Deus no meu caso não foi assim. O meu pai ele sempre me levou pro lote, nem que fosse só pra eu ficar debaixo do coqueiro. Ele ia capinar e eu ficava debaixo do coqueiro até a hora dele vir pra casa (Paulo, 23 anos).

Essas declarações apresentam algumas revelações que foram debatidas ao longo deste trabalho. Se, de um lado, os jovens estão abandonando o trabalho agrícola, eles estão assim procedendo devido às dificuldades em produzir, ou, como refere um deles, “falta produção” e também porque faltam incentivos advindos do crédito e da assistência técnica, por exemplo: “por que não adianta ir só com a cara e a coragem”.

Vale ressaltar que outros fatores igualmente importantes foram referenciados nos discursos dos jovens pesquisados, especialmente quando eles relatam a importância dos pais socializarem seus filhos nas atividades agrícolas praticadas no lote familiar. Essa dificuldade se dá, dentre outros fatores, em face da atuação das políticas de prevenção ao trabalho infantil, conforme já assinalado.

De outro lado, em relação às expectativas de estudos, quase todos os jovens entrevistados pretendiam concluir o ensino médio, pois acreditavam que através do estudo poderiam ter um futuro melhor, conseguir um bom emprego para ajudar a família, ter uma profissão ou mesmo abrir um negócio. Na ótica dos jovens, assim como na visão de seus pais, ao se dedicarem aos estudos, eles se tornarão aptos a ingressar no mercado de trabalho. Observe-se a narrativa a seguir:

Nenhum hoje pensa em agricultura. Todos querem o futuro na capital. Uns querem ir para Fortaleza. Uns querem ser médico, outros pensam em

engenharia. Nenhum hoje dificilmente pensa em agricultura. Meus amigos dizem: Ah, eu quero ir pra Fortaleza. Nenhum quer ficar na Paraipaba. Dificilmente. E eu penso assim, eu quero terminar meus estudos, fazer uma faculdade e eu acho que eu quero morar lá na Fortaleza também. Não quero viver por aqui não. Não quero ter a mesma vida da mãe (Baby, 15 anos).

Logo, os jovens que pretendiam sair do Perímetro, muitas vezes, vislumbravam um emprego fixo em Fortaleza ou mesmo no Pecém²⁰. Uma deles afirmou: “os jovens aqui quer terminar os estudos e arranjar um emprego no Pecém. Meus primos tudo pensam assim” (Bruna, 16 anos). Nessas situações relatadas, percebe-se que eles não associam o seu futuro profissional com o desempenho de atividades vinculadas à agricultura, o que leva a deduzir, de princípio, que “permanecer no campo exige-se pensar em alternativas não-agrícolas tanto para moças quanto para rapazes ou, ao menos, em um modo diferente da realizada por seus pais” (CARNEIRO, 2007, p. 61). Se for considerada a realidade do Perímetro, notar-se-á que vários aspectos incidem diretamente ou indiretamente nesse distanciamento dos jovens em relação à agricultura: os pais já não socializam os filhos na atividade agrícola como os seus pais os socializaram na década de 1970. Hoje os filhos são sociabilizados pela escola, pelos círculos de amizade, pela internet, enfim, outros valores e desejos que a proximidade com a cidade oferece.

Por outro lado, embora haja pais que incentivam os filhos a trabalhar na agricultura, nem por isso eles almejam esse destino para os respectivos. Eles precisam da ajuda dos filhos no desempenho das atividades agrícolas da família, como uma forma de garantir a receita da casa e não pagar mão de obra externa, mas esperam deles outra profissão. Veja-se este diálogo:

Vc acha que os jovens daqui se interessam pela agricultura?

Joabe: Não. Eles querem trabalhar nesse negócio de fábrica. Pra começar, desde criança eu escuto do meu pai que estude. Você sabe que meu pai é analfabeto. *Estude porque agricultura não é coisa pra você, você pode conseguir uma coisa melhor.* Até quando eu fui fazer o curso, meu pai ficou todo besta, ele não sabe o que é, ficava dizendo pros amigos dele. Eu pensei “Ai meu Deus do céu, é só um curso!”, eu pensava e ele ficava todo besta, passou a me tratar melhor do que tratava antes, assim. Aquela coisa que você vê que ele realmente tava feliz com o curso que eu tava fazendo. E a mãe também.

Então o seu pai queria que você ajudasse, mas também queria que você estudasse?

Joabe: vou contar a história lá de casa. A Janaina pequena chorava pra ir pra escola e o Luquinha chorava pra não ir. Ele não batia, mas ficava com aquela voz alta dele dizendo que era pra ir pra escola. E o Luquinha tá

²⁰ Eles vislumbram as “vantagens” trazidas pela instalação do Porto do Pecém e das várias empresas que oferecem oportunidade de emprego.

terminando agora, mas se não fosse o incentivo do pai ele num ia terminar não, viu? Ele estuda, o Ageu e a menina no Flávio. Pra você ver a diferença.

Nesse sentido, alguns dos pais entrevistados diziam que esperavam um futuro melhor para os filhos. Um deles disse certo dia: “minha filha, agricultura rima com sepultura. Não tem futuro não” (R., 65 anos, agricultor). Essa desesperança e falta de perspectiva em relação à agricultura é reforçada no atual contexto, em que há mais de dois anos o Perímetro não irriga em virtude das estiagens presentes no Ceará. O cenário de quem visita hoje o Perímetro é cercado por coqueiros mortos, lotes abandonados, canais de irrigação com suas estruturas rachadas, casas de bombas obsoletas e motores parados. Apenas alguns que perfuraram poços ou possuem motores “puxando a pouca água represada das lagoas” continuam irrigando, ainda que precariamente.

De todo o modo, o rural também não se resume à agricultura (ABRAMOVAY, 2003). Assim, outras atividades foram incorporadas à dinâmica produtiva do Projeto. Alguns produtores, colonos e/ou filhos, vislumbrando o potencial turístico da área, construíram pontos de comércio às margens da rodovia CE-085. Esses pontos vendem desde comidas caseiras (bolos, tapiocas, cuscuz, doces, panelada, vatapá, baião, carneiro etc.), até queijos, frutas em geral e artesanatos variados, caracterizando tais produtores como membros de famílias pluriativas (GRAZIANO, 1996; STROPOSSOLAS, 2006; SCHEIDER, 2009), o que vai refletir nas escolhas profissionais de sua juventude. Nesse sentido, “é a partir de uma releitura dos valores urbanos trazidos pelos “de fora” ou obtidos “fora”, mas realizados na localidade de origem, que novos papéis sociais, novas identidades e novos projetos são definidos” (CARNEIRO, 2007, p. 64). Nesse contexto, pensar os jovens que moram em espaços rurais pressupõe considerar esses locais circunscritos em uma multiplicidade de ruralidades, como um espaço que, apesar de ter o seu próprio dinamismo social e econômico dialoga com outras esferas mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, as narrativas dos colonos sobre a sua trajetória no Perímetro demonstram que eles passaram por um processo de socialização fomentado pelo poder autoritário do DNOCS. No âmbito da família, as sociabilidades eram marcadas pelo intenso trabalho agrícola, com o envolvimento de todos os membros (inclusive as mulheres, jovens e crianças), aproximando-os de um modelo camponês tradicional (WANDERLEY, 2004). O “trabalho na agricultura” tratava-se de um modelo educativo essencial na formação e transmissão de saberes dos pais para os seus filhos, ou seja;

nesse contexto, o trabalho está relacionado a um aspecto moral, modelo que vem apresentando características de descontinuidades.

Além das dificuldades apresentadas referentes ao tamanho da área, outros fatores que contribuem para o distanciamento dos jovens em relação ao trabalho na agricultura podem estar relacionados ao imaginário popular (presente em alguns discursos) que define a agricultura como uma atividade inferior. Esse imaginário sobre a agricultura está presente na máxima de que “quem não estuda vai pra roça!”. Ou, como disse um colono: “quem não dá certo pra ser nada, dá bem certinho pra ser agricultor”. Essas constatações do campo da pesquisa mobilizam questões a serem trabalhadas: por que os jovens se dedicariam ou valorizariam uma atividade (a agricultura), se esta é tomada como um castigo ou um sinal de fracasso? Como os jovens do Perímetro poderão carregar “o peso” dessa tradição? Estas questões estão em aberto e serão abordadas ao longo da construção da tese.

Assim, resguardadas as suas limitações, este estudo tem evidenciado que a maioria dos jovens não pretende suceder aos pais, como agricultor familiar, ou seja, um *modus vivendi*, no qual a gestão, a produção e o consumo do estabelecimento se realizam no âmbito da família. Embora uma significativa porção desses jovens pretenda permanecer no espaço rural, as suas expectativas estão direcionadas para o assalariamento, seja na própria agricultura, no setor de comércio e serviços ou em órgãos públicos. Nesse sentido, o olhar direcionado ao Perímetro e à sua juventude pressupõe compreender este território circunscrito em uma multiplicidade de ruralidades e que, apesar de ter o seu próprio dinamismo social e econômico, dialoga com outras esferas mais amplas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. ***O futuro das regiões rurais***. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 152p.
- BOSI, Ecléa. ***Lembranças de velhos***. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed. 1987.
- CANDIDO, Antonio. ***Os parceiros do Rio Bonito***. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 5ª ed. 1979.
- CASTRO, Elisa G. de. ***Entre fica e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural***. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Estudos).
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A Morada da Vida**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001.
- MARIN, Joel Orlando Beviláquia. **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social**. Brasília: Plano Editora, 2006.
- MARTINS, Mônica D. **Açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.
- MENDES, Virzângela P. S.. **Os Projetos de Vida da Juventude do Perímetro Curu-Paraipaba: entre o sonho e a realidade**. Fortaleza: UECE, 2010 (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade).
- MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- NEVES, Delma P. **A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói, RJ, INTERTEXTO, 1999.
- PALMEIRA, Moacir. "Política e tempo: nota exploratória". In: PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaio e antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume do Mará, 2002.
- ROCHA, A. L. C. & ECKERT, Cornelia. **Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas**. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 2013.
- SABOURIN, Eric. Tradução: Leonardo Milani. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2009.
- STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis Ed da UFSC, 2006.
- SCHNEIDER, Sergio (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre Ed da UFRGS, 2. Ed. 2009.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. "A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo". **Estudos – Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000.
- _____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. Acesso em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>.
- WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.